

**Reunião virtual vespertina**  
**Segmento: Empresarial**

1 Aos 03 dias do mês de agosto de 2022, às 14h40, utilizando-se da plataforma *Microsoft Teams*, a  
2 Prefeitura de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento,  
3 conforme convocatória, inicia a Reunião virtual vespertina, com o Segmento Empresarial, relativa  
4 à Etapa 1 da Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico – PDE. A Sra. **Patrícia Saran**,  
5 Coordenadora do Processo Participativo, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes  
6 e, para garantia de acessibilidade digital, instrui quanto ao uso das ferramentas disponibilizadas na  
7 plataforma. Informa que a convocação da reunião foi publicada no Diário Oficial da Cidade em 07  
8 de julho de 2022 e no dia 08 de julho de 2022 em jornal de grande circulação. Em seguida,  
9 requereu que todos assinassem a lista de presença, cujo link consta no *chat* da reunião. Apresenta  
10 a equipe da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento presente na reunião e passa a  
11 palavra ao Secretário-adjunto, **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, após agradecer a presença de  
12 todos, ressalta a importância de ouvir também o segmento empresarial nesse momento de  
13 avaliação do diagnóstico. Cita estar atento às considerações que os participantes da reunião  
14 apresentarão e afirma estar à disposição para esclarecer eventuais dúvidas. Devolveu a palavra  
15 para a **Sra. Patrícia Saran** dar sequência aos trabalhos, pactuando com os presentes que, a  
16 princípio, a reunião não teria controle do tempo das falas dos presentes, apenas se houvesse  
17 muitos inscritos seria definido um período específico de fala. Um vídeo institucional sobre a  
18 revisão intermediária do Plano Diretor da capital foi transmitido (link:  
19 <https://www.youtube.com/watch?v=e8JQX2M5Y04>). Em seguida novo vídeo é apresentado aos  
20 presentes, com as informações gerais sobre o diagnóstico realizado sobre a implementação do  
21 atual Plano Diretor Estratégico, desenvolvido pela Coordenadoria de Planejamento Urbano da  
22 SMUL – SMUL/ PLANURB. Seguindo às manifestações dos presentes, o **Sr. Eduardo Della Manna**  
23 pergunta a data para abertura dos canais para formalização das propostas. A **Sra. Patrícia Saran**  
24 responde que a Etapa de Levantamento de Propostas está prevista para ocorrer entre setembro e  
25 outubro. No entanto, informou que ocorrerão reuniões com o Grupo de Trabalho do Conselho  
26 Municipal de Política Urbana (CMPU) para alinhamento das atividades participativas das Etapas 2  
27 e 3 do Processo Participativo. A **Sra. Lorryne Rosa**, da Associação Brasileira de Shopping Centers  
28 (ABRASCE), reitera o pleito dos shoppings centers. Afirma que a partir de setembro encaminharão  
29 na plataforma eletrônica, as 12 propostas elaboradas conjuntamente com os shoppings centers de  
30 São Paulo para a revisão intermediária do PDE. Cita estar feliz de ver o diagnóstico mostrando o  
31 aumento da mobilidade com ampliação de ciclofaixas e melhoria da mobilidade, isso é convergente  
32 com o que eles estudaram. Esclarece que precisam de lojas, que não possuem mais espaço nos  
33 empreendimentos, porém possuem vagas ociosas e que gostariam de usar esse local de  
34 estacionamento para colocar outras lojas. Parabeniza pelo trabalho desenvolvido pela Secretaria e  
35 aponta que as reuniões estão sendo muito produtivas. A **Sra. Taísa Menqui** se apresenta e  
36 cumprimenta os presentes. Esclarece que representa o escritório de advocacia contratado pela  
37 Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE). Reitera a fala da Sra. Lorryne Rosa,  
38 reiterando o pedido de análise do pleito dos shoppings centers, especialmente em relação às vagas  
39 ociosas. A **Sra. Beatriz Messeder**, Coordenadora de Política Urbana na Associação Comercial de

40 São Paulo – ACSP, solicita registro de sua participação na lista de presença, uma vez que está sem  
41 acesso ao *chat* da reunião. Manifesta sua contribuição dizendo que uma cidade mais inclusiva,  
42 mais dinâmica e mais democrática se faz por meio da articulação dos conselhos deliberativos e via  
43 descentralização de poder, empoderando as Subprefeituras como órgãos executores. Fala sobre o  
44 adensamento feito nos subcentros e tramitação de Projetos de Intervenção Urbana (PIU),  
45 operações urbanas consorciadas, e planos setoriais para não sobrecarregar os eixos. Parabeniza  
46 pelo trabalho do monitoramento, verificando a necessidade de revisão dos PIUs, das cotas de  
47 solidariedade e da redação de alguns outros instrumentos. Destarte, informa que vão protocolar,  
48 quando oportuno, suas propostas. Além disso, considera que seria imperioso valorizar os Planos  
49 de Bairro, de o PDE rever o conceito desses Planos, e rever/ prever diretrizes de como eles devem  
50 ser elaborados. Lembra que já fizeram suas contribuições nas audiências temáticas, especialmente  
51 sobre a revisão das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), mobilidade (compatibilização de  
52 sistemas, linhas mistas, mini terminais, etc.), muito importante valorizar os Planos Setoriais (Plano  
53 de habitação e de mobilidade), revisão da Transferência do Direito de Construir (TDC), efetivação  
54 e regulamentação dos Territórios de Interesse Cultural e da Paisagem (TICP), as políticas de  
55 expansão de áreas verdes, e principalmente as subcentralidades nas franjas da cidade, bem como o  
56 real incentivo ao uso misto no centro. Nele, aponta que já existe uma infraestrutura e capacidade  
57 instalada. Destaca como pleito importante, também, ajustes na Lei do Requalifica, que deve  
58 possibilitar os incentivos, tanto fiscais quanto urbanísticos, para edifícios de uso misto, uma vez  
59 que isso não ocorreu. Em seguida, o **Sr. Márcio Chéde**, SECOVI-SP, coloca que houve um grande  
60 adensamento nos eixos, porém identifica sinais de exaustão. Identifica que o perímetro  
61 estabelecido é pequeno e que não acomodará toda a demanda. Reforça que os PIU não foram  
62 aprovados até o momento e que, mesmo que aprovados, aponta que a contrapartida financeira  
63 está fora da realidade do mercado além de estarem em áreas degradadas. Entende que,  
64 involuntariamente, a Prefeitura não está fornecendo condições do mercado atuar fora do Eixo,  
65 reforçando a necessidade de ampliação destes perímetros. O **Sr. Vladimir Iszlaji**, da Associação  
66 Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC), afirma que seria muito importante focar na  
67 revisão intermediária, uma vez que em 2014 o PDE foi concebido com as diretrizes consagradas  
68 internacionalmente como vantajosas (desenvolvimento orientado para transporte sustentável).  
69 Comparando o centro expandido em 2010 e em 1980, verifica que o local perdeu população.  
70 Aponta que o setor imobiliário, historicamente, concentra sua produção nessa mesma região, já  
71 consolidada e que possui apenas 7 milhões de metros quadrados para investimento. Entende que,  
72 mantido este ritmo, em 2029 não haverá área disponível para construção. Construindo o que se  
73 pretende, alcançaríamos uma produção de 500.000 unidades em 7 anos, e o déficit de São Paulo é  
74 600.000. Também cita a demanda de quase 460.000 unidades por questões demográficas até  
75 2030. Desse modo, 500.000 unidades ficam muito aquém do necessário, isso levando em conta a  
76 imensa produção imobiliária da última década. A lógica de aproximar moradia do transporte deve  
77 ser percorrida, mas é preciso aprimorar a forma como enfrentamos esse desafio. A partir de 2014  
78 houve maior produção privada de Habitação de Interesse Social (HIS) em ZEIS, mas a produção  
79 específica em ZEIS começou a se mostrar decrescente. Compreende que isso teria origem na  
80 dificuldade de manter essa produção por meio dos agentes privados e de diminuição do  
81 financiamento para as famílias de renda até 3 salários mínimos. Destacou que precisaria levar todo  
82 esse contexto em consideração para fomentar o retorno dessa produção de HIS em ZEIS. **Sr.**



83 **Eduardo Della Manna**, reinscrito, aponta a necessidade de articulação entre Perímetros de  
84 Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (PIDE) e Polos Estratégicos de Desenvolvimento  
85 Econômico (PEDE). Acredita que a revisão poderia criar mais incentivos para a iniciativa privada  
86 produzir mais HIS, na faixa 1. Sugere criar no quadro 4 um HIS faixa 1,5 (entre 3 e 4 salários  
87 mínimos). Propôs, igualmente, que o artigo 123 do PDE deva autorizar também a transferência de  
88 potencial construtivo para fins de viabilizar a produção de HIS pela iniciativa privada. É favorável,  
89 outrossim, que o FUNDURB tenha uma visão menos setorial e mais territorial na aplicação dos  
90 seus recursos. Acrescentou que se deveria ampliar a área de Eixos, estabelecendo um coeficiente  
91 de aproveitamento máximo superior a 4 (entre 6 e 8) na primeira faixa com cota 20; e na segunda  
92 faixa de eixos uma cota de 30 possibilitando outro tipo de produto, isso porque tem uma produção  
93 de apartamentos menores, e desse modo haveria oportunidade de produzir apartamentos  
94 maiores. Mencionou, ademais, inserir o conceito de corredor ambiental urbano no PDE (Lei nº  
95 14.285/2021), para ocupá-los com atividades residenciais e não residenciais, e assim promover a  
96 sustentabilidade de córregos com uma ocupação efetivamente sustentável. Ressaltou que em  
97 relação ao Guia de Planos de Bairros, ele já existe, está no site da Prefeitura e é um ótimo roteiro  
98 para a produção dos Planos de Bairro. O **Sr. Alexandre Daud**, membro da Associação Brasileira  
99 dos escritórios de Arquitetura (ASBEA), afirma identificar escassez de áreas de eixo. Informa que  
100 recebem frequentemente os mesmos terrenos para análise, implicando em elevação do custo da  
101 construção e que incorporadores desistam dos produtos mais compactos para se concentrarem na  
102 produção das unidades mais caras. A alta renda tem como suportar esse aumento do INCC (Índice  
103 Nacional da Construção Civil), muito mais que uma camada média. A restrição que foi imposta está  
104 muito inflexível e gera mais do mesmo, pois o incorporador não está conseguindo desenvolver  
105 outro produto para chegar naquilo que a Lei permite. Reivindicou o artigo 174 da Lei de  
106 Zoneamento, disposição transitória que durou 3 anos, e apresentava um caminho intermediário. A  
107 **Sra. Heliana Lombardi Artigiani**, Coordenadora de PLANURB, menciona que não se recorda como  
108 esse pleito dos shoppings centers está tratado no Plano Diretor, que o aumento da área bruta  
109 locável (ABL) indica a necessidade do aumento do número de pessoas. Prontamente, a **Sra.**  
110 **Lorrayne Rosa** esclarece que em setembro vão passar a documentação, e gostariam de nova  
111 certidão de diretrizes para ter toda uma adaptação de estrutura, antes é preciso entender também  
112 que tipos de lojas serão inseridas nesses locais, e sabe que isso demandaria uma nova certidão de  
113 diretrizes. Retomando a fala a **Sra. Heliana Lombardi Artigiani** aborda os Eixos – questão que se  
114 fez mais evidente. Compreende ser um tema polêmico, ficando curiosa com os números  
115 apresentados pelo Vladimir, pergunta se o dado envolve todas as áreas eixo da cidade. O **Sr.**  
116 **Vladimir Iszlaji** comenta que só considerou o eixo em regiões dentro do centro expandido.  
117 Esclareceu que, do ponto de vista de mercado, ele não tem comprador para locais tão distantes.  
118 Informa que pesquisas com empresas de mercado, conclui que as pessoas sempre buscam uma  
119 situação melhor do que a que eles possuem hoje, e milhares de entrevistados demonstram que as  
120 pessoas querem ir sempre um pouco mais para o centro. Os cálculos demonstram que a produção  
121 é insuficiente ainda sem levar em consideração o local onde esses imóveis vão ser construídos. A  
122 **Sra. Heliana Lombardi Artigiani** retoma a palavra e esclarece que o desafio - enquanto órgão  
123 regulador, e o do mercado - enquanto desenvolvedor e transformador do território, é reconhecer  
124 áreas de eixo que não são atualmente exploradas, sendo necessário promover moradia para as  
125 pessoas considerando a transformação dos eixos em toda a cidade. A Macroárea de Estruturação

126 Metropolitana (MEM) também é um desafio, precisamos que aquela região mude seu uso. E só  
127 com isso teríamos mais área disponível para desenvolvedores. O mercado imobiliário também é  
128 influenciado por quem compra, mas é importante que áreas periféricas também sejam  
129 consideradas e atrativas para resolver essa conta. Dessa forma, desafogaria o eixo da região do  
130 centro expandido e atenderia as estratégias do PDE. Também menciona, que a MEM ainda não  
131 possui parâmetros atrativos, pois falta a regulamentação dos PIUs. Reforça ser inviável olhar  
132 apenas para o eixo nas regiões estruturadas, apontando a necessidade de consideração das outras  
133 áreas da cidade que também tem essa característica e/ou potencial de transformação. Em relação  
134 à ZEIS, criar mais incentivos, seria importante para controlar e fomentar que pessoas façam o uso  
135 adequado do instrumento. Em relação ao FUNDURB entende que necessita de uma  
136 transformação para que tenha mais força em promover desenvolvimento urbano e não apenas  
137 obras. Em seguida, agradeceu as contribuições e passa a palavra para o **Sr. Fernando Gasperini**,  
138 arquiteto da PLANURB, que agradece pelo debate, incentiva a continuidade de troca e de envio de  
139 colaborações. Das questões levantadas, considera que muitas extrapolam o âmbito do PDE, mas  
140 estão todas relacionadas. Nas Subprefeituras, considerou ser essencial que haja implementação  
141 do que foi planejado no PDE. Áreas de Estruturação Local e Planos de Bairros também precisam  
142 dessa institucionalização nas Subprefeituras. Sobre os shoppings centers, a PLANURB tem um  
143 estudo da CET, que verifica os impactos dos aplicativos de mobilidade e demonstra que esta  
144 tecnologia teve influência na demanda por transporte particular. A **Sra. Lorryne Rosa** informou  
145 que as contribuições da ABRASCE foram encaminhadas às Secretarias responsáveis através de  
146 processo SEI a fim de que todos os órgãos envolvidos tenham um panorama claro do que cada um  
147 precisaria ajustar/ alterar, dentro desta demanda do setor. O **Sr. Fernando Gasperini** retoma sua  
148 fala tratando da concentração de oportunidades no centro expandido, sendo o desafio a ser  
149 enfrentado o de descentralizar esse desenvolvimento. A MEM (15% da área total da cidade) e os  
150 eixos (4% da área total da cidade) são áreas de transformações estruturantes. A Macroárea de  
151 Urbanização Consolidada (MUC) e Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM) têm maiores  
152 restrições, tanto pela consolidação, quanto em função de outras camadas de planejamento e  
153 paisagem, por exemplo, maior presença de Zonas Exclusivamente Residenciais (ZER) e proteção  
154 ao patrimônio histórico da cidade. O PDE traz que a Rede de Estruturação e Transformação  
155 Urbana é a área prioritária para desenvolvimento da cidade. Essa é composta por quatro  
156 elementos, sendo dois deles os que concentram as oportunidades de transformação estruturantes  
157 (MEM e os Eixos) e os outros dois são mais áreas de qualificação urbana (rede hídrica ambiental e  
158 rede de estruturação local). Destarte, pondera ser problemático ter eixo onde a cidade já se  
159 desenvolveu, os potenciais estariam na MEM e na Macroárea de Qualificação Urbana,  
160 enfrentando o desafio de desenvolver a cidade de forma equilibrada. Em relação ao FUNDURB,  
161 cita que o PDE previu que os seus recursos fossem utilizados prioritariamente nas áreas de maior  
162 vulnerabilidade e vinculados às ações previstas no PDE, devendo isso ser aperfeiçoado para sua  
163 concretização. Há um descompasso entre a demanda habitacional das camadas de menor renda e  
164 o acesso de crédito imobiliário, essa circunstância restringe o acesso de quem mais precisa aos  
165 produtos imobiliários mais bem qualificados. Consoante à cota parte, entende que ela representa  
166 uma restrição, porém também pode representar uma média de 80 metros quadrados. A  
167 diminuição da área oferecida é mais uma escolha do mercado, uma vez que essas microunidades  
168 aparecem em composição conjunta com unidades maiores, portanto não se tratando de restrições



169 normativas. Passou a palavra para o **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, o qual agradece todos os  
170 comentários e menciona que o esgotamento e exaustão dos Eixos é uma questão de tempo e de  
171 razões exógenas ao planejamento urbano. A MEM, apesar de não estar com os novos coeficientes  
172 dos PIUs, representa um desenvolvimento importante na cidade, ela é quase três vezes a área dos  
173 eixos. O PDE acabou gerando um desenvolvimento desregrado, uma vez que exauriu os Eixos, por  
174 razões exógenas. Atualmente os PIUs estão destravados, não há mais impedimento judicial, e a  
175 MEM funcionará efetivamente com os PIUs liberados. Concorde com a observação acerca do  
176 FUNDURB, e que a territorialização do FUNDURB pode acontecer através da Área de  
177 Intervenção Urbana (AIU) dos PIUS. Elas são uma forma de territorialização fundamental para  
178 captar o recurso no local e investir ali. O PDE não previu todas as circunstâncias que levaram ao  
179 mercado a investir mais nos Eixos. Considerou que outros índices, além do coeficiente, poderiam  
180 ser pensados para gerar novas centralidades na cidade a fim de gerar demanda, para que o  
181 mercado produza com base onde já existe emprego. Os Eixos na periferia tem uma atividade  
182 econômica local. Informa que os PIUs devem ser aprovados ainda em agosto e no futuro veremos  
183 como isso vai intervir na cidade. Ao se esgotar uma via, o mercado vai buscar uma nova  
184 centralidade, uma nova demanda. A **Sra. Patrícia Saran** lê o comentário feito pela **Sra. Laiz Landi**  
185 no chat: *“Prezados, senti falta de preocupação com o aumento da impermeabilização dos terrenos com*  
186 *mudanças nos eixos, face aos problemas de alagamento e inundações. E a questão do incentivo do*  
187 *“retrofit” no centro, aproveitando áreas degradadas para moradia”*; em seguida, passou a palavra para  
188 a **Sra. Amanda Paulista**. Esta observa a necessidade de pensar a proteção e ampliação de  
189 empreendimentos depois de sua instalação. Empreendimentos convivem com áreas residenciais e  
190 o fim de residência está bastante incentivado. Assim, vislumbra-se um aumento do adensamento  
191 em médio prazo em torno desses empreendimentos e isso pode impactar na continuidade dessas  
192 atividades econômicas. Os perímetros de incentivo têm muita área de Eixo e em ZEIS 2. Ou seja,  
193 essas áreas para empreendimentos e indústrias estão muito próximas de áreas que incentivam o  
194 adensamento populacional. Consequentemente haverá conflitos e os parâmetros de  
195 incomodidade não dão conta de solucioná-los. Tudo a exigir um desenvolvimento econômico não  
196 por si só, mas uma melhora da qualidade de vida das pessoas, com diversidade de usos sem perda  
197 de qualidade de vida. O **Sr. Vladimir Iszlaji**, complementando suas colocações, reconhece ser um  
198 largo desafio o de gerar novas centralidades e entende que o PDE atual não foi suficiente. Em  
199 relação à MUC, a legislação urbana tem um papel relevante nessa sensação de saturação, uma vez  
200 que os dados que mencionou anteriormente revelam que, uma região reconhecida pela sua oferta  
201 de infraestrutura, apesar de possuir uma área grande em relação à disponível para implementação  
202 de investimentos pelo mercado. E que a legislação exerceu um papel considerável nessa redução  
203 de áreas. Comenta que na região do Tatuapé a definição dos eixos - apenas próximo à estação de  
204 metrô, reduziu a área na qual o PDE anterior permitia uma verticalização. Cita também a  
205 Operação Urbana Água Branca, que apresentava um desenvolvimento pujante e, a partir de 2013,  
206 isso foi paralisado. Concluiu dizendo que essas interrupções indicam que havia possibilidades de  
207 desenvolvimento fora do eixo centro-sul-oeste. Menciona a relevância de pensar novas formas de  
208 adensamento além das faixas próximas ao transporte, abarcando regiões que estavam se  
209 desenvolvendo. O **Sr. Márcio Chéde** lembra que todos os Projetos de Lei de PIUs e Operações  
210 Urbanas que estão em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo receberam contribuições e  
211 pareceres advindos do mercado imobiliário. Em sua opinião, os PIUs não vão cumprir com seus

212 objetivos, pois são incapazes de aliviar os Eixos e promover o desenvolvimento. A Sra. **Heliana**  
213 **Lombardi Artigiani**, em suas considerações finais, pontua que o PDE incentiva o crescimento ao  
214 redor dos Eixos e na MEM, quando isso se esgotar seria necessário uma revisão dessa diretriz. A  
215 MEM tem como característica própria a transformação urbana. Quanto à relação cota e vaga, e ao  
216 tipo de produto que vem sendo construído, a concorrência dos terrenos nas mesmas regiões exige  
217 da Prefeitura e da indústria da construção civil uma mudança de mentalidade para extrapolar as  
218 áreas preferidas, a fim de atender a população que mais precisa com custo acessível. Ressalta que  
219 quando uma região muda sua vocação, anteriormente totalmente industrial, existe mesmo um  
220 conflito e esse momento de transição pode ser complicado. Um uso misto que não cause  
221 incomodidades e/ ou desconforto deve ser garantido e incentivado. Ressalta ser uma questão  
222 muito relevante a apresentada pela Sra. Amanda Paulista. O **Sr. Fernando Gasperini** cita que, na  
223 revisão intermediária, é importante preservar os conceitos do PDE. Os Eixos responderam muito  
224 bem aos incentivos, por estarmos no meio da aplicação do PDE e é essencial ainda aguardar e  
225 testar como a MEM responde aos incentivos programados no Plano. O uso misto pressupõe uma  
226 harmonia entre usos residenciais e não residenciais e assiste-se um aumento nos conflitos de  
227 vizinhança, demandando realmente um olhar para essa questão. Chamou a atenção para o  
228 crescimento de reclamações relativas aos parâmetros de incomodidade e necessidade de se atuar  
229 para melhorar essa condição. Eixos e MEM são áreas importantes na estratégia de levar  
230 desenvolvimento para a periferia, e a qualificação urbana desses territórios é necessária, uma vez  
231 que são locais vulneráveis e carentes de infraestrutura. A visão do plano de desenvolvimento dos  
232 eixos causou mesmo essa divergência em relação ao que estava ocorrendo no Tatuapé e Anália  
233 Franco e essa é uma discussão importante de ser feita com base nos estudos técnicos relacionados  
234 aos eixos. O **Sr. Eduardo Della Manna** comenta que muito tem se falado dos PIU, e que eles seriam  
235 aprovados prontamente, no entanto, entende que não foram plenamente solucionados os seus  
236 entraves. Ainda deve se seguir a resolução CONAMA, que em determinados casos exige EIA  
237 RIMA, e a revisão intermediária poderia desarmar a armadilha semântica respondendo ao  
238 questionamento se o PIU é projeto urbanístico ou é Plano urbanístico. Entende que isso é  
239 fundamental para avançar com a segurança jurídica devida para implementação dos PIUs. No seu  
240 entendimento, não basta afirmar que PIU é plano e não projeto. O **Sr. José Armênio de Brito Cruz**  
241 informa que há um parecer esclarecendo PIU enquanto plano, que terão projetos que demandam  
242 EIA/RIMA, mas assim como o PDE, ele se preserva em uma escala de Plano. Observa que o  
243 problema ocorrido na Operação Urbana Água Branca foi um problema de não observância dos  
244 parâmetros técnicos. Havia uma metodologia a ser aplicada e quando chegou à Câmara o valor do  
245 Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) dobrou, criando dificuldades para sua  
246 realização. Pondera ainda que o Eixo em Shenzhen, na China, tem um desenho diverso do nosso  
247 PDE, mas teve o mesmo resultado. Assim, conclui que as transformações acontecem ao longo do  
248 tempo e o mercado se transforma, sendo as possibilidades construídas também. Comenta que  
249 muitas vezes o aumento do preço da terra é oriundo justamente das atividade de quem reclama e  
250 sofre com ele. Agradece a todos novamente pela presença e agradece ao Sr. Ricardo Viegas pela  
251 coordenação de todo esse processo de revisão do PDE. A **Sra. Patrícia Saran** retomou a palavra,  
252 agradece a presença de todos e convida a continuarem a participar das demais agendas do Plano  
253 Diretor acompanhando as agendas através da plataforma eletrônica  
254 <https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/> e convida a todos para participarem também da

255 consulta eletrônica na plataforma <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/>. Às 17h01 encerra os  
256 trabalhos da reunião. A íntegra da reunião pode ser consultada através da plataforma eletrônica  
257 <https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/processo-participativo/> . Os documentos desta  
258 reunião se encontram registrados no processo SEI 6068.2022/0006480-7.